

AÇÕES DOS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE EM PROL DO MEIO AMBIENTE

CAMARGO, Lucas Galvão Campolim¹

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT – Itapeva/SP

AZEVEDO, Brian Castelli²

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT – Itapeva/SP

RESUMO

Este artigo tem como tema o meio ambiente, mais especificamente as ações voltadas a proteção ambiental tomadas pelos diferentes atores da sociedade. Parte da seguinte problemática: Qual a tendência da adoção de práticas em prol da proteção do meio ambiente pelos diferentes atores da sociedade? A seguinte hipótese pode ser proposta: ocorreu um aumento das ações de proteção ambiental por parte das empresas, ONGs e outras instituições bem como da sociedade civil como um todo. Para verificar esta hipótese esta pesquisa tem como objetivo geral fazer uma breve revisão bibliográfica buscando identificar as práticas adotadas em prol da proteção do meio ambiente e como objetivos específicos: identificar a evolução do conceito de proteção ambiental ao longo do tempo e identificar o processo evolutivo das ações e medidas protetivas aos recursos naturais. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Foi possível identificar as principais práticas adotadas pelos diferentes atores da sociedade apresentadas na literatura levantada, bem como a necessidade de um maior envolvimento e sinergia destes atores, principalmente na gestão de projetos com esta finalidade.

Palavras-chave: Empresas, Ongs, Entidades Governamentais

ABSTRACT

This article has as its theme the environment, more specifically actions aimed at environmental protection take by different actors in society. Part of the following issue: What is the trend towards the adoption of practices for the protection of the environment by different actors in society? The following hypothesis can be proposed: there has been an increase in environmental protection actions by companies, NGOs and other institutions, as well as civil society as whole. In order to verify this hypothesis, this research aims to make a brief bibliographical review seeking to identify the practices adopted in favor of environmental protection and as specific objectives: to identify the evolution of the concept of environmental protection over time and to identify the evolutionary process of actions and measures to protect natural resources. The methodology adopted was the bibliographical research of exploratory character. It was possible to identify the main practices adopted by different actors in society presented in the literature, as well as the need for greater involvement and synergy of these actor, especially in project management for this purpose.

Keywords: Companies, NGOs, Government Entities

¹ Acadêmico do Curso de Administração do 4º ano – FAIT. E-mail: camargocampolim@terra.com.br

² Mestre em Engenharia de Alimentos pela UNICAMP. Professor na área de Administração na FAIT. E-mail: brian.itapeva@metodosupera.com.br

1. INTRODUÇÃO

Hoje em dia devido o meio ambiente estar sendo uma das grandes preocupações mundiais não por acaso, mas sim porque as mudanças climáticas que vem ocorrendo de algumas décadas até os dias atuais, tem tido seu impacto direto no meio em que vivemos e em todas as partes do globo, afetando de forma direta ou indiretamente a vida de milhões e milhões de pessoas. Com base nessas ocorrências Ongs, Empresas, Gestores (e principalmente os do setor de Administração) e órgãos governamentais tem procurado buscar soluções para minimizar esses impactos. Surge então a seguinte questão. Qual a tendência da adoção de práticas em prol da proteção do meio ambiente pelos diferentes atores da sociedade? A seguinte hipótese pode ser proposta: ocorreu um aumento das ações de proteção ambiental por parte das empresas, ONGs e outras instituições bem como da sociedade civil como um todo. Visando propor uma contribuição para uma melhora na questão ambiental, novas ideias têm surgido. Estas ideias tem abrangido, a sociedade civil como um todo, as empresas de vários tamanhos, as ONGs e as entidades governamentais de todas as esferas, que começam cada vez mais a ter um olhar não simplesmente como um modismo, mas da maneira real e necessária para a sobrevivência da geração atual e das futuras gerações.

Tomando por base o conceito de Desenvolvimento Sustentável, este estudo tem como objetivo fazer uma breve revisão bibliográfica buscando identificar as práticas adotadas em prol da proteção do meio ambiente. Para tanto foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar a evolução do conceito de proteção ambiental ao longo do tempo, identificar o processo evolutivo das ações e medidas protetivas aos recursos naturais.

A metodologia para a revisão bibliográfica, tem o caráter exploratório e buscou os materiais na base de dados da Scielo e Biblioteca da Universidade Estadual de São Paulo. Foram utilizadas como palavras chave “proteção ambiental”, “gestão ambiental”, “desenvolvimento sustentável”. O material foi encontrado e foi filtrado com base nos seguintes critérios: prazo de publicação, foram levantados os trabalhos a partir de 2001 até 2021; foram descartados os trabalhos em língua estrangeira; foram descartados os

trabalhos que não se relacionavam diretamente com os objetivos específicos apresentados acima.

2. MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO AMBIENTAL

2.1 Políticas de Proteção Ambiental

Com a necessidade de adotar medidas de proteção ambiental ao planeta em virtude da degradação do meio ambiente e recursos naturais causadas pelo ser humano, e principalmente nos últimos dois séculos, começaram a surgir a partir da década de 1970 movimentos ambientalistas internacionais, onde ocorreram quatro grandes Conferências históricas coordenadas pela ONU, são elas: 1972 – I Conferência Mundial de Meio Ambiente – Estocolmo/Suécia; 1992 – II Conferência Mundial de Meio Ambiente – Rio de Janeiro/Brasil (mais conhecida como ECO 92); 2002 - III Conferência Mundial de Meio Ambiente – Johannesburgo/África do Sul (mais conhecida como RIO + 10) e 2012 - IV Conferência Mundial de Meio Ambiente – novamente no Rio de Janeiro/Brasil (mais conhecida como RIO + 20).

No Brasil a implantação de uma política ambiental visando a criação de áreas protegidas teve início em 1876, com propostas para a criação de parques nacionais com base no modelo de unidades de conservação criadas pelos norte-americanos. Contudo, a criação de unidades de conservação no país só veio a se concretizar em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2017).

Ainda no Brasil, essa postura é oficializada pelo artigo 225 da Constituição Federal (CF) de 1988, o qual define que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (DANTAS, 2016).

E com os discursos difundidos sobre as falas de proteção ambiental, surgiu a partir da Conferência de Estocolmo/Suécia (1972) o conceito de “Desenvolvimento Sustentável – e a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a

capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”.

E essas conferências que ocorreram e as que estão agendadas para ocorrerem, tem intensificado a fala para a correta adequação e evolução no comportamento e nas medidas tomadas para diminuir ao máximo a degradação do meio ambiente, inclusive podemos observar nos dias atuais os relatos através de reportagens e documentários na maneira de agir das empresas dos diversos setores focando para o cuidado que devemos ter com os recursos naturais.

E no que diz respeito quanto às ações adotadas para a proteção do meio ambiente, podemos observar que as empresas tem se comportado da maneira cada vez mais adequada a tomar medidas que visam a correta postura frente ao meio ambiente.

no início da década de 1950, muito antes do assunto “sustentabilidade” tornar-se lugar-comum, já admitia que a conservação dos recursos naturais fazia parte das responsabilidades dos homens de negócio, mostrou que a preocupação com o meio ambiente resultou em necessidade de revisão das estratégias de composto de marketing já nos anos 70.

Toda a problemática gerada pelo uso insustentável de recursos naturais para suportar o consumo de produtos tornou a preocupação com o meio ambiente um fator crítico nos negócios. O papel do gestor em administração é identificar antecipadamente potenciais situações que possam impor danos irreversíveis à natureza e encontrar meios e ferramentas que permitam atuar sobre esses problemas é o desafio. Ou seja, a gestão empresarial precisou incorporar ao seu planejamento estratégico e operacional variáveis ligadas à questão ambiental.

O consumo de energia por unidade produzida, o controle do volume de resíduos industriais gerados, o monitoramento da legislação ambiental, o tratamento dispensado aos materiais recicláveis, os investimentos e despesas com os aspectos ambientais, a gestão dos planos de emergência, medidas operacionais visando à prevenção e controle da poluição, todas essas são atividades que compõem a gestão ambiental empresarial. (COSTA, 2017).

Empresas que adotam práticas socialmente responsáveis podem se diferenciar em relação a outras, gerando vantagem competitiva, além de contribuir para uma sociedade melhor.

Ao tempo em que o Brasil central passou a experimentar uma verdadeira revolução verde, com o crescente aumento da produção agrícola na região Centro Oeste, começaram os problemas ambientais, principalmente por conta do uso de fertilizantes a base de nitrogênio, que por sua vez têm considerável potencial para poluir lençóis freáticos, abundantes na região.

2.2 Gestão Ambiental

Em termos de gestão ambiental, algumas reações já se mostraram presentes no agronegócio, visando superar os problemas decorrentes do avanço da área cultivada sobre o cerrado.

Técnicas como o sistema de plantio direto, que por manter o solo sempre coberto com plantas e resíduos vegetais, evita erosão e mantém os nutrientes necessários às culturas, além de reduzir a necessidade de uso de agroquímicos. Outra técnica que merece destaque é o controle biológico de pragas, que reduz as populações de determinado inseto-praga por meio da introdução no ambiente de seus inimigos naturais (insetos, pássaros, ácaros, vírus, etc.)”.

A grande vantagem do controle biológico de pragas e do plantio direto é que o seu uso pode reduzir o consumo dos fertilizantes químicos que contaminam solo e água, e que são prejudiciais a organismos benéficos como predadores, abelhas e outros polinizadores. (COSTA, 2017).

Em referência as ONGs, sabemos que as ONGs ambientais mesmo com recursos escassos (votos e contribuições financeiras) conseguem influenciar de forma efetiva a política ambiental no Brasil. A inovação do trabalho consiste em utilizar a abordagem de agência comum e suas aplicações em economia política para modelar a ação ambientalista no Brasil.

A habilidade de um principal em afetar a política através da informação depende das preferências dos demais principais envolvidos. Se os eleitores se preocupam com a

política dada, então as informações recebidas podem apresentar um grande impacto sobre o nível de esforço do governo para aquela política.

Dessa forma, para as ONGs ambientais afetarem o nível informacional de outros principais de forma efetiva com objetivo de influenciar a política ambiental, elas devem apresentar as seguintes características: (1) baixos custos (como força de trabalho, por exemplo), (2) seus esforços devem influenciar de forma significativa os eleitores e, (3) os eleitores devem se preocupar com suas demandas, pressionando os políticos para que tomem uma providência.

Características das ONGs ambientais brasileiras. No Brasil, durante a década de 80 ocorre uma inclinação de parcela dos ambientalistas para o campo político e uma busca das ONGs ambientais em se profissionalizar e de se aproximar das ONGs sociais.

Quanto à forma de mobilização, as ONGs ambientais se caracterizaram por novos tipos de protesto, como a realização de shows, seminários, acampamentos, divulgação de cartilhas, além da manutenção de um intenso debate na imprensa (Oliveira, 2008). Na década de 90 o movimento ambientalista consolida-se, muito devido à realização da ECO-92 no Rio de Janeiro (UHR2012).

As características iniciais das ONGs ambientais se mantiveram no tempo, segundo pesquisa da Análise Gestão Ambiental (2009), 89,9% das ONGs ambientais contam com serviços voluntários, além disso, as principais atividades das ONGs ambientais são: educação ambiental (95,1%), projetos de conservação ambiental (83%), campanhas de mobilização (75,3%), publicações científicas (24,2%), publicações diversas (48,4%), políticas públicas (49,5%), entre outras.

Já com relação aos objetivos das atividades realizadas, as ONGs ambientais responderam que são: estimular a consciência crítica (91%), transformar suas ações em políticas públicas (81,3%), fortalecer outras organizações ambientais (57,6%), entre outros (Análise Gestão Ambiental, 2009). Ou seja, seus objetivos são influenciar a população, com fim de transformar suas ações em políticas públicas. E, também, as ONGs possuem uma característica de grupo, na medida em que buscam fortalecer umas as outras. Estas características das ONGs ambientais vão ao encontro das características

necessárias para que um principal consiga afetar a política através da informação. (UHR, 2012).

E perante aos órgãos de governo, a sociedade moderna se vê numa situação em que os problemas de um gerenciamento ineficaz dos resíduos sólidos produzidos acarretam grandes transtornos para o cotidiano da população. Além disso, observamos, por parte dos governantes, poucas ações ligadas ao planejamento urbano que leve em consideração, conjuntamente, fatores de caráter socioambiental e econômico.

Os Resíduos Sólidos têm que ser encarados como um tema de política pública, visto que é de interesse de todos os municípios do Brasil e do Mundo. Políticas que estabeleçam o gerenciamento e o tratamento de todos os tipos de resíduos produzidos, seguindo as normas técnicas ambientais conforme os órgãos competentes.

A destinação adequada dos resíduos sólidos coloca-se como um dos mais importantes desafios a serem enfrentados. São problemas que envolvem aspectos sanitários ambientais e de saúde pública, portanto, requerem planejamento eficaz por parte dos administradores públicos.

O atual estágio em que se encontra a sociedade moderna transforma o cidadão em um “consumidor em potencial”, ocasionando a cultura do descarte, o que leva à produção de toneladas de lixo que, na maioria das vezes, não têm tratamento adequado.

No caso do município de Guarulhos, são incipientes as políticas públicas ligadas à educação ambiental que orientem a população não somente a ter a preocupação sobre o destino do lixo, mas, também, sobre a necessidade de se adotar atitudes que impliquem numa redução da produção de resíduos.

Isto, aliás, é previsto pela Agenda 21, do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que propõe que “a sociedade precisa desenvolver formas eficazes de lidar com o problema de eliminação de um volume cada vez maior de resíduos. Os governos, juntamente com a indústria, as famílias e o público em geral, devem envidar um esforço conjunto para reduzir a geração de resíduos e de produtos descartados” (ARANTES, 2009).

O poder público deve ater-se aos novos desafios que a sociedade enfrenta nos dias atuais, se comparado ao que se enfrentou nesta primeira década desse século, levando-se como fator básico o meio ambiente em equilíbrio com a sociedade.

O fato a ser debatido pela sociedade está na questão das políticas competentes, com respaldo social. As áreas urbanas brasileiras produzem milhares de toneladas de lixo diariamente e nem todo esse volume é coletado pelos municípios, apesar de um ligeiro crescimento nas últimas décadas (ARANTES, 2009).

Assim como é citado pelo jornalista Washington Novaes, que foi secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, época em que enfrentou uma série de dificuldades para tentar implantar um sistema de coleta seletiva e reciclagem no município. Foi diretor do Instituto D. Fernando, em Goiânia, onde implantou, entre outros projetos, uma cooperativa de coleta seletiva. Também foi o responsável pela concepção do Plano Diretor de Limpeza Urbana na cidade de Goiânia.

Após viver todas essas experiências, o jornalista chegou à conclusão de que é muito difícil mexer com o lixo, que constitui um dos temas mais polêmicos da área ambiental, envolvendo muitos interesses financeiros e políticos, o que dificulta a implantação de sistemas eficientes de coleta e reciclagem, pelo menos no Brasil. (NOVAES, 2003).

A gestão ambiental surge nesse contexto, com a finalidade de inserir no processo decisório variáveis historicamente pouco consideradas mediante uma modificação na forma de se planejar e promover a inter-relação entre os espaços naturais e antrópicos (DANTAS, 2016 p.17),

a gestão ambiental compreende: O ato de administrar, de dirigir ou reger, os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação entre as atividades que exerce, buscando a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, de acordo com padrões de qualidade.

Essas dificuldades residem na própria natureza sistêmica da problemática ambiental que exige soluções cooperativas e descentralizadas, portanto, demanda das instituições, internacionais e domésticas, mudanças voltadas para um maior nível de compromisso com a governança global, uma profunda interdependência e visão de

longo prazo. Contrariamente a essa abordagem, a humanidade tende a reagir apenas diante de ameaças muito tangíveis e extremas, operando com baixa integração e no curto prazo (DANTAS, 2016).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe para discussão e reflexão o tema Ações dos Diversos Setores da Sociedade em Prol do Meio Ambiente, onde mostrou Propostas para Ações e a prática das mesmas.

Com base no conteúdo descrito no corpo desta revisão bibliográfica, constatando que: desde empresas, Ongs, órgãos de governos e gestores da área de administração estão tendo um olhar mais atento no que diz respeito ao “desenvolvimento sustentável”, mas ainda não o ideal.

Pode-se observar ainda, nas atitudes propriamente ditas, como numa separação do lixo doméstico entre recicláveis e orgânicos, como numa campanha de empresas para diminuir a quantidade de embalagens (principalmente as plásticas), como nas Ongs, agindo na orientação e na importância da proteção ambiental e como os governos darem um destino certo para o lixo (resíduos sólidos).

Constatamos também que, o agir ecologicamente correto não é uma tarefa totalmente fácil, basta querer trabalhar, ter vontade, buscar conhecimentos técnicos em alguns casos, e ter o envolvimento da sociedade como um todo e principalmente das entidades de governo, onde este último tem o dever de incorporar em suas políticas públicas a proteção ambiental, no qual as pessoas como um todo possam internalizar as normas e leis que visam o bem comum.

Conclui-se, portanto, que o progresso pode e deve andar de mãos dadas com a proteção ambiental.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alexandre N.; VERSIANI, Raphael O.; SOARES, Ricardo C.; ANGELO, Humberto. **Floresta Ambiente. Avaliação Ambiental do Parque Olhos D' Água**. 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2179-8087.094714>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ARANTES, F. **Os resíduos sólidos domiciliares no município de Guarulhos: Análise das variáveis Eficiência e Sustentabilidade na gestão do Aterro Sanitário.** 140 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, Bento A. C.; ROSA, Fernando. **Maturidade em gestão ambiental: Revisando as melhores práticas.** 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413.2311.030.59633>> Acesso em: 01 ago. 2021

DANTAS, M. K. **Análise da gestão ambiental no Estado de São Paulo: Programa Município Verde Azul,** 211 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

NOVAES, Washington. **O problema do Lixo no mundo.** São Paulo, 31 outubro 2003. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br>> | Do Portal do Governo. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 02 ago. 2021

UHR, Daniel A. P.; UHR, Júlia G. Z.; Mueller, Bernardo Pinheiro Machado. Como as ONGs ambientais influenciam a política ambiental brasileira? **Revista Brasileira de Economia.** Mar 2012, Volume 66 N° 1 Páginas 79 – 98.